

ENTREVISTA COM A PROFESSORA RITA ESTHER FERREIRA DE LUNA* DIRETORA DA DIFOR/MEC

INTERVIEW WITH PROFESSOR RITA ESTHER FERREIRA DE LUNA, DIRECTOR OF DIFOR/MEC

***Rita Esther Ferreira De Luna**

Possui graduação em Pedagogia (1992), Especialização em Gestão da Educação (2001), Mestrado (2003) e Doutorado em Educação (2020) e Pós-doutorado (2024) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Curso Superior de Pastoral (1990) pelo Centro de Estudos de Comportamento Humano (CENESC/CNBB/CRB/Norte I). É diretora da Diretoria de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação (DIFOR) da Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC). Foi chefe da Divisão de Desenvolvimento Profissional do Magistério (DDPM/SEMED/Manaus), setor responsável pela Formação Continuada dos Profissionais da Educação da Rede Pública Municipal de Ensino de Manaus (2015-2020). Atuou na Educação Básica Pública Municipal (Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos). Foi Diretora da Escola Municipal Pe. José de Anchieta (2002 a 2005); Professora Formadora do então Centro de Formação Permanente do Magistério (CFPM/SEMED/Manaus), no período de 2005 a 2009, atualmente denominado DDPM (SEMED/Manaus), lotada nesta função e setor de 2013 até 2024; Docente contratada pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) para atuar no Curso de Pedagogia do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), de 2010 a 2014; Docente do curso de Pós-Graduação da Faculdade Gama Filho (2007); Coordenadora Pedagógica das Escolas IDAAM (2007 a 2013); Docente do curso de Pós-Graduação da Faculdade Nilton Lins (2003 a 2006) e Docente do Curso de Pedagogia da Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB), de 2010 a 2011; Membro do Conselho Consultivo da Cátedra de Educação Básica do Instituto de Estudos Avançados (USP/São Paulo), no período de 2019-2020. Pesquisadora bolsista no Projeto "SEL Kernels for Local Needs in Amazonas, Region of Brazil", coordenado pela Universidade de Harvard (2023-2024). Possui experiência na área de Educação, com ênfase em processos de ensino e aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: formação continuada de professores, planejamento, currículo, gestão educacional e educação básica. Lattes : <http://lattes.cnpq.br/3807042671218885> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9815-6027> e-mail: ritaestherluna10@gmail.com

Entrevistador Prof. Dr. José Carlos de Melo

Docente associado IV do Curso de Pedagogia da UFMA, docente permanente do PPGEED, Coordenador do grupo de Pesquisa GEPEID/UFMA e Coordenador Geral do ProLEEI/MA Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1282285394690979> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0501-8141> e-mail: melo.jose@ufma.br

Professora Rita, diante do tema deste dossiê, um dos grandes debates na área é a garantia de que o trabalho com a linguagem oral e escrita na Educação Infantil não se confunda com uma escolarização precoce ou alfabetização mecânica. Como o ProLEEI conceitua a introdução da cultura escrita para crianças de 4 e 5 anos, e de que forma as diretrizes do programa asseguram que as interações e a brincadeira continuem sendo os eixos estruturantes do cotidiano pedagógico?

Nós acreditamos que a premissa central do ProLEEI é a de que ler e escrever na Educação Infantil constituem-se como práticas sociais e culturais, e não como um treino mecânico de codificação. O programa orienta que as crianças dessa faixa etária não precisam ser submetidas a treinos de letras isoladas, cartilhas ou cópias exaustivas. Em vez disso, o foco reside em garantir o direito de acesso e participação na cultura escrita de forma intencional e contextualizada. Nesse sentido, o ProLEEI propõe o conceito de letramento em múltiplas linguagens, ancorando-se em três entendimentos fundamentais:

1. **A oralidade como base:** *posto que a escrita é apresentada como desdobramento das práticas de fala, escuta e ampliação do repertório de vocabulário;*
2. **O letramento literário:** *de maneira que o contato com livros infantis, poesias, cantigas e narrativas busca despertar a imaginação e a atribuição de sentido, colocando a criança no papel de coautora; e*
3. **A escrita como função social:** *visto que as crianças são incentivadas a perceber as funções reais da escrita (como listas, bilhetes, nomes próprios e placas), compreendendo o seu uso no cotidiano.*

Essa compreensão de apropriação da leitura e da escrita está rigorosamente alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Portanto, as diretrizes de formação do ProLEEI estruturam o cotidiano pedagógico considerando os tempos, as relações e os espaços nessa etapa. Diante dessa perspectiva, considera os ambientes alfabetizadores e seus contextos: as salas de referência e os espaços comuns são organizados com cantinhos de leitura acessíveis, fichas lúdicas e brinquedos que simulam a vida social (ex.: mercadinho, consultório) onde os textos aparecem de forma orgânica; as brincadeiras de faz de conta: o programa estimula o jogo simbólico. Ao brincar de restaurante, por exemplo, a criança “lê” o cardápio e “escreve” o pedido à sua maneira (escrita espontânea), sem a pressão pelo erro ortográfico; e as rodas de conversa e histórias: a oralidade espontânea e a contação de histórias ganham centralidade diária, estimulando a escuta atenta, a sensibilidade estética e a musicalização.

Com essa abordagem, o Ministério da Educação e as universidades parceiras asseguram, por meio da formação de professores/as, que a transição para o Ensino Fundamental ocorra de forma segura e humanizada, protegendo o direito fundamental da criança de vivenciar plenamente a sua infância.

A estrutura do ProLEEI combina o ambiente virtual de aprendizagem (AVAMEC) com encontros presenciais mediados por formadores locais. Como esse desenho metodológico foi pensado para dialogar diretamente com as demandas reais das creches e pré-escolas, garantindo que o processo formativo seja visto pelos docentes como um espaço de valorização de seus saberes e reflexão prática, e não como uma sobrecarga burocrática?

O desenho metodológico do ProLEEI funciona como uma engrenagem que conecta, como foi dito, o ambiente virtual com encontros presenciais, visto que a carga horária considera a densidade do processo formativo. O modelo foi estruturado para evitar a sobrecarga e promover a valorização profissional dos/as professores/as das infâncias por meio de três aspectos:

O primeiro trata justamente da divisão estratégica da carga horária, cuja metodologia separa o momento do estudo individual, que ocorre no AVAMEC (estudo assíncrono) — onde o/a professor/a acessa os cadernos de orientação, vídeos e materiais no seu próprio ritmo —, daquele voltado para a troca coletiva, que ocorre nos encontros presenciais, mediados pelos/as formadores/as locais. Esses momentos funcionam como comunidades de aprendizagem focadas no acolhimento, no diálogo e no debate das vivências de cada professor/a, respeitando-se os seus contextos e os das escolas das infâncias.

O segundo foca na prática como conteúdo (formação-reflexão-ação). Isto é, para que

a formação não pareça um “trabalho extra” desconectado do chão da escola, o ProLEEI adota a metodologia da formação-reflexão-ação, já que os/as docentes utilizam narrativas de suas próprias experiências como instrumento de avaliação e estudo, articulando-as à investigação da prática. Então, a atividade formativa do/a professor/a consiste em aplicar uma proposta de ressignificação da prática pedagógica em sua própria turma e relatar/registrar os achados desse processo, ao que chamamos de Trabalho de Percurso. O objeto de estudo, portanto, torna-se a sua rotina habitual, ou seja, o cotidiano da sua sala de referência.

Por fim, o terceiro aspecto ancora-se no papel dos/as formadores/as locais (estaduais e municipais) e na valorização dos saberes, visto que são, geralmente, profissionais da própria rede de ensino e, por isso mesmo, atuam de forma horizontal, considerando a escuta e a mediação, validando os saberes que os/as professores/as já possuem, estimulando o pensamento crítico sobre o porquê de cada escolha pedagógica, em vez de ditar regras prontas; e, sobretudo, transformando o processo formativo em uma rede de apoio mútuo para a melhoria do trabalho diário.

O ProLEEI alcançou uma adesão massiva de municípios e estados, contando com a parceria fundamental de diversas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Considerando as imensas disparidades regionais e culturais do Brasil, como a DIFOR gerencia o equilíbrio entre manter uma matriz formativa nacional unificada e, ao mesmo tempo, respeitar a autonomia e a identidade sociocultural de cada território?

A Diretoria de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação (DIFOR/SEB) realiza o gerenciamento do equilíbrio entre uma matriz unificada e as identidades locais por meio de um modelo de governança descentralizada e desenho curricular flexível. A estratégia baseia-se na premissa de que a equidade educacional exige o reconhecimento das diversidades regionais, evitando que uma matriz nacional se transforme em um pacote homogêneo e engessado. A arquitetura político-pedagógica do ProLEEI resolve a tensão entre o nacional e o local por meio de quatro pilares estruturantes:

*O primeiro pilar diz respeito à Coordenação Pedagógica em Rede (Rede de IFES). Essa coordenação envolve dois níveis: o **Nacional**, liderado pela Profa. Dra. Mônica Correa Baptista, da UFMG, que recebe todo suporte de sua suplente, a Profa. Dra. Maria Fernanda Rezende Nunes, da UNIRIO. Elas, junto com a Profa. Dra. Lucianna Magri (Coordenadora-geral de Formação de Professores da Educação Básica – CGFORP/DIFOR/SEB) e a Profa. Dra. Rita Coelho (Coordenadora-geral de Educação Infantil – COGEI/DPDI/SEB), estabelecem as bases conceituais comuns, fundamentadas nas DCNEI e na BNCC, bem como toda a arquitetura da formação; e o segundo nível é o **Regional**: o programa mobiliza dezenas de Universidades Federais parceiras, distribuídas por todas as regiões do país. Essas instituições traduzem as diretrizes nacionais para a realidade geográfica, socioeconômica e cultural de cada território.*

O segundo pilar consiste na Governança Compartilhada e Capilaridade do processo formativo, já que é nosso objetivo que o fluxo de gestão desenhado pela DIFOR garanta voz às instâncias locais. Por esse motivo, nós temos o Comitê Executivo Nacional (CEN) do ProLEEI, que aprova o planejamento e as diretrizes unificadas; temos, ainda, as Comissões Executivas Estaduais (CEEs), que adaptam e monitoram a execução da formação de acordo com as peculiaridades do território. Somando-se a essa estrutura, temos a Rede de Formadores (Regionais e Locais) do ProLEEI, que planejam e executam a formação dialogando com o chão da escola das infâncias. Essa capilaridade permite que secretarias estaduais e municipais pactuem caminhos próprios de implementação por meio do arranjo de colaboração.

O terceiro pilar dedica-se ao Material Didático de base aberta e autonomia docente. A Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil, os cadernos de orientação e todos os materiais complementares elaborados servem como referenciais teóricos, mas não como roteiros obrigatórios passo a passo. A DIFOR/SEB, em articulação com a Coordenação Pedagógica Nacional, orienta que o material estimule a investigação da própria prática. As Coordenações Pedagógicas Regionais, junto com os/as formadores/as locais, têm autonomia para inserir: saberes e manifestações da cultura regional, variedades linguísticas e dialetos locais, literatura produzida por autores regionais ou voltada a comunidades específicas (do campo, indígenas, quilombolas).

Por fim, o quarto pilar foca na Prática Pedagógica como Investigação. O currículo nacional

do ProLEEI foca em dar condições ao/à professor/a das infâncias para que observe a sua própria realidade. Em vez de ditar quais brincadeiras ele/ela deve realizar, o programa ensina a centralidade do eixo brincadeira. Então, o/a professor/a da Amazônia ribeirinha, do Semiárido nordestino ou de uma metrópole do Sudeste utilizará os mesmos conceitos científicos para criar ambientes significativos e desenvolvendo totalmente distintos, baseados nos recursos, na natureza e na cultura que cercam a vida de suas crianças.

Uma das metas do programa é fomentar a articulação pedagógica entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, construindo um currículo contínuo. De que maneira o ProLEEI orienta as redes de ensino a realizar essa transição de forma fluida, protegendo a especificidade da infância sem que a pré-escola seja reduzida a uma mera etapa preparatória para o 1º ano?

O ProLEEI trabalha o desafio da transição estruturando um currículo contínuo baseado no acolhimento e na progressão pedagógica, integrando as ações no escopo do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA). O programa orienta as redes de ensino a entenderem que a Educação Infantil colabora e tem papel importante no processo de alfabetização das crianças; entretanto, essa etapa não deve “antecipar conteúdos”. A meta é alinhar as etapas de modo que o 1º ano do Ensino Fundamental reconheça e acolha as vivências prévias da criança.

Dessa forma, o programa orienta as redes de ensino a estruturar esse processo considerando quatro frentes principais:

1. **Foco na continuidade das aprendizagens e não na ruptura:** de maneira que pensem num currículo integrado, visto que o ProLEEI defende que a linguagem oral e a cultura escrita vivenciadas na Educação Infantil continuem sendo exploradas no Ensino Fundamental por meio do letramento;
2. **Integração das ações formativas entre as etapas:** para que a formação de professores/as não ocorra em ilhas isoladas. Assim, as redes são incentivadas a criar momentos de planejamento conjunto entre os/as professores/as da Educação Infantil e dos Anos Iniciais, a fim de que compartilhem estratégias de leitura e práticas de oralidade, garantindo que o histórico da turma seja respeitado;
3. **Registro e Documentação Pedagógica como pontes:** para que os relatórios de desenvolvimento descritivos e os portfólios produzidos na Educação Infantil sejam valorizados. Esses documentos servem como bússola para o/a professor/a do 1º ano, permitindo que ele/a conheça as hipóteses de escrita da criança e seus interesses antes mesmo do início das aulas; e
4. **Acolhimento socioemocional no ingresso ao Ensino Fundamental:** tendo em vista que a transição altera a posição social da criança e sua rotina. Portanto, recomendamos ações práticas de ambientação, como visitas guiadas das turmas de 5 anos às escolas de Ensino Fundamental no final do ano letivo; preservação de cantinhos de leitura e espaços lúdicos dentro das salas de 1º ano; e rodas de conversa frequentes para acolher as expectativas, medos e descobertas dos estudantes nessa nova etapa.

Pensando no atual ciclo do programa e nos “horizontes” que este dossiê se propõe a mapear, quais são os principais indicadores qualitativos e quantitativos que a DIFOR espera observar a médio e longo prazo no cenário educacional brasileiro? O que o MEC projeta em termos de sustentabilidade para que as discussões e as práticas iniciadas pelo ProLEEI se consolidem definitivamente na cultura pedagógica das redes públicas?

O monitoramento do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (ProLEEI) é estruturado a partir de uma abordagem quali-quantitativa, com foco no acompanhamento contínuo e dinâmico da sua implementação em território nacional. A Diretoria de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação (DIFOR) acompanha esse cenário por meio de duas macrocategorias de indicadores.

A primeira categoria avalia a estrutura, gestão e execução, medindo quantitativa e qualitativamente a adesão e a institucionalização do programa nos âmbitos estadual e municipal. Isso inclui o suporte logístico das secretarias, os arranjos operacionais para a seleção de formadores/as locais, o mapeamento de condições de infraestrutura e o fluxo de articulação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e a Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa).

A segunda categoria foca na natureza teórico-metodológica, observando a coerência pedagógica da formação em cascata, o uso prioritário dos cadernos de orientação, a diversidade de metodologias aplicadas e a regularidade de uso e usabilidade da plataforma AVAMEC Interativo.

Para garantir a sustentabilidade e a consolidação definitiva dessas práticas na cultura pedagógica das redes públicas, a estratégia desenhada pelo MEC fundamenta-se no fortalecimento do regime de colaboração entre a União, os entes federados e as universidades parceiras. Em vez de atuar como uma métrica rígida e punitiva, os indicadores funcionam como referenciais maleáveis e adaptáveis, capazes de captar as especificidades locais e as demandas de cada território ao longo do tempo.

A governança baseia-se na compreensão da formação continuada como um direito do/a professor/a e um dever permanente do Estado, e não como uma iniciativa passageira. Essa estrutura é sustentada pela produção sistemática de diagnósticos regionais e relatórios técnicos por macrorregiões, o que permite corrigir desvios na fidelidade teórica, registrar o estágio de maturidade pedagógica dos municípios e subsidiar a tomada de decisões de forma transparente e duradoura.

Professora Rita, muito obrigado pela sua disponibilidade em nos conceder essa entrevista!

Recebido em 20 maio 2026
Aceito em 10 julho 2026